



# ANAIIS DA ASSEMBLÉIA

Nº 202

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 13 DE DEZEMBRO DE 2001

ANO XXVII

## *Mesa Diretora*

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**ELIO RUSCH**

1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**

2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

3º Vice-Presidente - PDT

**VALDIR ROSSONI**

1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**

2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**

3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**

4º Secretário - PSDB

**NELSON GARCIA**

5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## *Lideranças*

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i> .....	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i> .....	<i>Cezar Silvestri</i>

## *Representação Partidária*

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Justus (licenciado) - Plauto Miró Guimarães; PTB - 07: Carlos Simões - Custódio da Silva - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Tiago Amorim Novaes - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 059ª SESSÃO  
EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
13 DE DEZEMBRO DE 2001**

(quinta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Antonio Carlos Belinati e Hidekazu Takayama.

Às treze horas e cinquenta e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielese, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Custódio da Silva; Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Tiago Amorim Novaes; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 4392**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário,

respeitosamente, REQUER, a retirada do item 13 da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária, Projeto de Lei nº 706/2001, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli e outros, por 04 (quatro) Sessões.

Sala das Sessões, em 13.12.2001.

(a) NEREU MOURA

**REQUERIMENTO Nº 4391**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inversão dos itens 13 e 14 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 13.12.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

**REQUERIMENTO Nº 4389**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, a reinclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 627/2001.

Sala das Sessões, em 13.12.2001.

(a) CLEITON KIELSE

Apoiamento:

Augustinho Zucchi, Antonio Anibelli, Orlando Pessuti, Caíto Quintana, Antonio Carlos Belinati, Waldyr Pugliesi, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, Marcos Isfer, Custódio da Silva, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães, Hidekazu Takayama, Chico Noroeste, Cesar Seleme, Miltinho Pupio, Carlos Simões e 1 ilegível.

**REQUERIMENTO Nº 4390**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final, para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 13.12.2001.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA:**

com a presença de 54 senhores deputados.

Antes de entrarmos na Ordem do Dia, vamos analisar o Requerimento nº 4389, de autoria do senhor deputado Cleiton Kielese, com apoio dos senhores deputados Augustinho Zucchi, Antonio Anibelli, Caíto Quintana e demais deputados, constante do expediente,

solicitando a reinclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei nº 627/2001 - **Aprovado.**

Com a palavra, deputado Cezar Silvestri.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Senhor presidente, qual é esse projeto?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O que altera os Cargos do Tribunal de Contas.

Inclusive quero informar aos senhores parlamentares que o presidente do Tribunal de Contas, Rafael Iatauro, encaminhou neste momento proposta de transformação e criação dos cargos, os valores dos cargos que estão sendo transformados. Está sendo colocado à disposição de todos os senhores parlamentares.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Em absoluto respeito a V. Exa. não vou questionar a volta desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação o requerimento.

Deputados que aprovam...

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, com relação à proposta que fizemos, ela tinha como fulcro o que? A falta dos valores e de referência dos cargos, e como V. Exa. recebe, eu acabo também de receber os cargos, os que estão sendo comutados, os valores dos criados e dos extintos.

Então, da minha parte, estão sendo criados cargos no total de 31, no valor de trinta e dois mil, oitocentos e dez. E extintos 61, no valor de trinta e nove mil, cento e setenta e seis. E aqui estão as referências dos cargos.

Da minha parte, me dou por satisfeito e concordo com a colocação em pauta.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação o requerimento.

Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, o requerimento aprovado, mesmo de autoria do deputado José Maria, previa a retirada por quantas Sessões?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O requerimento do deputado José Maria propunha a retirada por dez (10) Sessões.

O SR. NEIVO BERALDIN

E foi aprovado por esta Casa?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Foi.

O SR. NEIVO BERALDIN

E está voltando?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Se for aprovado o de reinclusão, ele será reincluído na Ordem do Dia.

O SR. NEIVO BERALDIN

Era isso o que eu queria esclarecer ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação o requerimento.

Os deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. IRINEU COLOMBO

Votação contrária do deputado Colombo.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado, deputado Colombo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

#### ITEM 01

Redação Final - do Projeto de Lei nº 435/2000, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que institui obrigatoriamente Programas de Reciclagem de Lixo em todos os municípios do Estado do Paraná, e dá outras providências. **Aprovado. (Publ. no DA nº 185/2000, de 12.12.2000).**

#### ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 514/2001, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que autoriza o Poder Executivo Estadual a conceder isenção do ICMS na compra de motocicleta à categoria de moto-taxistas. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI Nº 514/2001  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1ª - Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a conceder isenção a motos de qualquer cilindrada destinada ao efetivo emprego como "moto-táxi".

Art. 2º - A isenção do ICMS refere-se à aquisição de uma motocicleta de fabricação nacional, adquirida de revendedor neste Estado, zero quilômetro, para cada moto-taxista, na forma estabelecida em regulamento, que, sob pena de perda do benefício, só poderá ocorrer a vendê-la após 5 (cinco anos) de efetivo uso do veículo nessa atividade.

Art. 3º - Fica outorgado o seguinte crédito fiscal a ser apropriado em conta gráfica, no livro próprio de Apuração do ICMS.

I - nas operações interestaduais com produtos industrializados que se utilizam da matéria prima trigo, classificada na posição da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias/Sistema Harmonizado - NBM/SH - Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI - com o número 10019090.

II - ao estabelecimento industrial produtor dos bens classificados nas posições 19012000 (Pré-Misturas para pães, massas e misturas para bolos), 11010010 (Farinha de Trigo) e 23023010 (Farelo de Trigo) da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias/Sistema Harmonizado - NBM/SH - Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI) - em suas operações interestaduais, concedendo-se o registro de crédito diferencial no período compreendido pela vigência da Medida Liminar na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.097-8 e a promulgação da Lei 13.214, de 29 de junho de 2001 e referente aos impactos gerados no ano fiscal de 2001, ou seja, de 01 de janeiro de 2001 a 01 de julho de 2001.

III - referidos créditos fiscais serão calculados conforme a regra a seguir discriminada:

a) sobre os totais mensais de débitos de ICMS referentes a operações interestaduais lançados com alíquota aplicada sobre a base de cálculo de 12%, será calculado o diferencial de 5%, dividindo-se o débito mensal lançado das operações interestaduais a 12% por 0,12 (zero vírgula doze) e multiplicando-se por 0,05 (zero vírgula zero cinco);

b) o valor obtido no cálculo acima será lançado na coluna de crédito de ICMS sob a rubrica "Outras Entradas", de conformidade com o disposto no item IV a seguir;

IV - os créditos diferenciais objeto desta lei serão registrados em conta gráfica no livro de Apuração de ICMS, obedecendo ao calendário a seguir:

1 - fato gerador em janeiro de 2001 - crédito diferencial com lançamento em agosto de 2002;

2 - fato gerador em fevereiro de 2001 - crédito diferencial com lançamento em setembro de 2002;

3 - fato gerador em março de 2001 - crédito diferencial com lançamento em outubro de 2002;

4 - fato gerador em abril de 2001 - crédito diferencial com lançamento em novembro de 2002;

5 - fato gerador em maio de 2001 - crédito diferencial com lançamento em dezembro de 2002;

6 - fato gerador em junho de 2001 - crédito diferencial com lançamento em janeiro de 2003.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13.12.2001.

(a) ALGACI TULIO - Presidente e Relator

### ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 536/2001 de autoria do deputado Miltinho Pupio, que declara de Utilidade Pública a APM do Colégio Estadual Rosa Delúcia Calsavara - Cambira, com sede foro no município de Cambira. **Aprovado. (Publ. no DA nº 149/2001, de 17.10.2001).**

### ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 590/2001 de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Instituição Beneficente "Casa São Luiz", com sede foro no município de Ponta Grossa. **Aprovado. (Publ. no DA nº 166/2001, de 12.11.2001).**

### ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 606/2001 de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a ABET - Associação Beneficente Esperança de Tupãssi, com sede foro no município de Tupãssi. **Aprovado. (Publ. no DA nº 169/2001, de 19.11.2001).**

### ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 620/2001 de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública o Núcleo Terapêutico Nova Vida, com sede foro no município de Rio Negro. **Aprovado. (Publ. no DA nº 173/2001, de 21.11.2001).**

### ITEM 07

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 637/2001 de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que declara de Utilidade Pública Estadual o Provopar do município de Cândói, com sede no município Cândói e foro no município de Guarapuava. **Aprovado. (Publ. no DA nº 176/2001, de 27.11.2001).**

### ITEM 08

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 638/2001 de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores e Agricultores de Esquina Progresso, do município de Palotina, com sede e foro no município de Palotina. **Aprovado. (Publ. no DA nº 176/2001, de 27.11.2001).**

### ITEM 09

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 661/2001 de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 057/2001, que altera os dispositivos da Lei nº 11.580, de 14.11.1996, que dispõe sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. PARECER CONTRÁRIO DA CF. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO. Em votação.**

O SR. IRINEU COLOMBO (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, mais uma vez fazendo o apelo para os deputados, que votemos contra o aumento dos custos operacionais daqueles que trabalham e produzem no Paraná, contra o aumento do ICMS.

Era só, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação.

Os deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, eu requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esta Mesa defere e fará a verificação de votação.

Os deputados que votam favoravelmente, queiram levantar-se.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, eu requeiro chamada nominal.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, eu retiro a verificação de votação e quero que V. Exa. registre o voto contrário da Bancada da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado o voto contrário da Bancada da Oposição. **Está aprovado.**

#### ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 443/2001, de autoria do deputado Durval Amaral. Creditamento de pagamento de servidores estaduais em estabelecimentos bancários da localidade em que residem, se inativos, ou prestam serviços, se ativos. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

Sobre o referido projeto, Emenda Aditiva de Plenário, de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, Nº 01 PROJETO DE LEI Nº 443/2001

Acrescente-se parágrafo 2º e 3º ao artigo 1º da Lei nº 12.909, de 23 de agosto de 2000, passando o parágrafo único a ser parágrafo 1º.

Art. 1º - .....

§ 1º - .....

§ 2º - .....

§ 3º - Fica facultado às Prefeituras Municipais a efetuar movimentações financeiras no Sicredi - Sistema Integrado de Crédito Cooperativo, nos municípios onde

não exista agências ou postos de atendimento bancário de Bancos Oficiais.

Sala das Sessões, em 13.12.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA

Apoiamento:

Nereu Moura, Orlando Pessuti, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin e José Maria Ferreira.

Como este projeto também não estava incluído em Comissão Permanente, ele volta para as Comissões.

#### ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 499/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 045/2001, que dispõe que os recursos providos pelo Fundo Penitenciário, criado pela Lei nº 4.955, de 13 de novembro de 1964, poderão ser utilizados, também, no atendimento aos programas de assistência aos egressos do sistema penitenciário do Estado. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 558/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 049/2001, que autoriza o Poder Executivo a permutar por fração ideal do solo e respectiva área a ser construída nos imóveis de propriedade do Estado do Paraná, lotes localizados no bairro Centro Cívico e registrados no Registro de Imóveis da 2ª Circunscrição da Comarca de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA PC GERAL. **Aprovado.**

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, pelo que registre o voto contrário da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está registrado voto contrário da Bancada do PT, do PMDB, do PDT. Do PMDB e das Oposições.

**Está aprovado, artigo por artigo.**

O SR. IRINEU COLOMBO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, o item 13 está em primeira discussão. A publicação dele consta em qual avulso, senhor presidente? Por que não consta?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vamos passar para V. Exa. já.

O SR. IRINEU COLOMBO (**Pela Ordem**)

Não temos condições de votar!

Veja bem, dispõe sobre os depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos estaduais.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, o senhor fará quantas Sessões hoje?

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Além dessa, teremos mais duas para concluir os trabalhos legislativos.

Está em votação o Requerimento nº 4391, de minha autoria invertendo o item 13 e o item 14.

Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

**Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado:

**ITEM 14**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 039/2001, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos senhores deputados, dos meses de novembro e dezembro de 2001, conforme Resolução nº 15 de 10 de junho de 1992. **Aprovado.**

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 039/2001**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica aprovada a prestação de contas da verba de ressarcimento para atender despesas dos senhores deputados, conforme Resolução nº 15, de 19 de junho de 1992, artigo 14, referente aos meses de novembro e dezembro de 2001.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.12.2001.

**(a) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS**

Apoiamento:

Marcos Isfer, Geraldo Cartário, Nereu Moura e  
Hermes Fonseca.

**COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS  
PROPOSIÇÃO Nº 102/2001**

**P A R E C E R :**

Encaminhada a esta Comissão a proposição em tela, que trata do relatório do movimento de créditos para atender ressarcimento das despesas dos senhores deputados referentes aos meses de novembro e dezembro de 2001, regulamentados pela Resolução nº 15 de 19 de junho de 1992, conforme artigo 14.

Após exame da matéria em epígrafe, do movimento relativo aos créditos para atender essas despesas, entendo que as referidas contas encontram-se dentro das normas de sua regulamentação, atendendo a legislação em vigor e merecem, portanto, parecer favorável, dada a sua exatidão.

Assim sendo, conclui este relator pela aprovação da presente proposição.

É o parecer favorável. Aprovado.

Sala das Comissões, em 13.12.2001.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

**ITEM 13**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 706/2001, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli e outros, que dispõe sobre os depósitos judiciais e extra-judiciais de tributos estaduais. **SEM PARECER. (Publ. no DA nº 196/2001, de 12/12/2001).**

Em votação.

**O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)**

Senhor presidente, eu vou propor um requerimento retirando esse Projeto 706 da pauta, até porque ele está na pauta de forma irregular, porque eu já levantei a questão de ordem, hoje, e ele só poderia entrar na pauta por volta das 20h45min., que foi quando ele foi protocolado na noite de ontem, e o Regimento Interno diz que são 24 horas.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Houve uma decisão do deputado que estava no momento, ocupando a Presidência da Casa e mantivemos a sua decisão, porque também foi aprovado ontem requerimento que diminuía o interstício das Sessões.

Baseado nesses requerimentos aprovados, demos condições de colocarmos na pauta de hoje.

**O SR. NEREU MOURA**

Não tem nada a ver uma coisa com a outra, senhor presidente.

**O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)**

Senhor presidente.

Ainda na discussão do item 13, do Projeto de Lei nº 706/2001, não se sabe a finalidade do projeto. Vejo com preocupação algumas Sessões Extraordinárias, em que se incluem alguns projetos como esse. Acho que a Presidência deveria determinar, para que o autor do projeto pudesse esmiuçar isso para os deputados, porque fica difícil de nos posicionarmos favorável ou contrariamente.

**O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem)**

Senhor presidente.

Eu queria entender qual foi a decisão de V. Exa.

O item 10 era um projeto de autoria do deputado Durval Amaral.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Eu encaminhei às Comissões.

**O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem)**

É um belíssimo projeto dizendo que o pagamento dos servidores seja feito em estabelecimento bancário que haja nos municípios. Esses servidores têm que fazer 30, 40 kms para receber, porque não tem banco oficial. Tem uma emenda nossa dizendo que, onde não tenha Banco Oficial, possa a Prefeitura operar com esse Credi, que é um Banco de Crédito Cooperativo, que tem ajudado barbaridade o interior.

Em razão disso, vamos remetê-lo às Comissões? Seguramente o projeto, então não será votado mais agora, somente no mês de fevereiro.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Regimentalmente, nobre deputado, é a mesma posição que tomei anteriormente.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Eu queria fazer um apelo ao deputado Durval Amaral, para que retirasse da pauta este projeto, porque ele não tem o princípio da anterioridade.

A hora que ele for aprovado ele entra em vigor. Nós poderemos aprová-lo no ano que vem e a gente poderá estudá-lo melhor, deputado Durval.

Eu faço um apelo a V. Exa. para que a gente retire-o da pauta e discuta melhor, e ano que vem a gente possa aprová-lo ou rejeitá-lo depois de um amplo estudo.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Realmente assiste razão a V. Exa. quando afirma que não segue, não obedece, o princípio da anterioridade da lei porque não se trata de uma norma tributária, mas é um projeto que o deputado Fernando Ribas Carli e vários outros deputados apresentaram e eles, que dão sustentação política ao governo, nesse momento têm a decisão firme, contundente de apreciarem esse projeto, votarem, e se possível aprovarem-no na Sessão Extraordinária e nas Sessões Extraordinárias subseqüentes.

O SR. NEIVO BERARDIN (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, confesso que não tive em minhas mãos esse projeto, mas diz aqui: os depósitos serão repassados pelo Banco do Brasil S.A. para a conta do Tesouro do Estado, independentemente de qualquer formalidade, no prazo de 24 horas, após a realização.

Então, todo dinheiro que está depositado por determinação da Justiça vai para o Tesouro do Estado, e o Estado gasta esse dinheiro, e depois quem é que vai repô-lo?

Eu, sinceramente estou impressionado e jamais esperava ver um projeto dessa envergadura na Assembléia Legislativa.

Sinceramente, isto aqui envergonha o Parlamento, isto aqui denigre o Parlamento, isto aqui é uma indecência ao cidadão que está com o seu dinheiro lá por determinação da Justiça vinculado, e o Estado vai meter a mão no dinheiro, e como é que vamos devolver esse dinheiro depois, se esse governo não demonstra seriedade nenhuma?

Senhores deputados, tenho vergonha, sinceramente, de ter que usar a palavra, nesse momento, para mostrar a minha indignação, sobretudo num projeto dessa envergadura, sem discussões nas Comissões da Casa, sem anúncio na pauta, num Sessão Extraordinária, nos últimos instantes.

Como se a Bancada de Sustentação desse governo fossem donos do Paraná e donos do dinheiro do povo. Fracamente, senhores deputados, nós estamos efetivamente num patamar de discussão que não esperava.

Sinceramente, senhor presidente, solicito a V. Exa. que determine a retirada desse projeto da Ordem do Dia, porque esse é um assunto extremamente sério.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra, o deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, eu faço uma consulta.

As exigências regimentais estão sendo cumpridas para que este projeto esteja aqui na Ordem do Dia, nesta Sessão Extraordinária?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Foi aprovado requerimento nesta Casa, incluindo este projeto para ser discutido em Comissão Geral.

Por isso, está cumprindo as exigências legais e regimentais da Casa.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Não sei se neste momento caberia, mas o discurso acalorado feito pelo deputado Neivo, com todo o respeito e ele até se emocionou, esse cansaço permite à gente fazer indagações em determinados momentos que às vezes não aparentam ser o que é.

Esse mesmo projeto está sendo elaborado pelo governo do Rio Grande do Sul, e inclusive o governo do PT, que é um governo que está passando por problemas lá também, mas é um governo do PT, tido como um governo sério e também no Mato Grosso, com outro governo do PT.

Quanto à responsabilidade, o Estado tem a chamada fé pública e tem o aval, pode ser que não tenha para alguns e quando o governo muda, o governo continua no seu status, pelo menos geograficamente, a mesma coisa: às vezes muda o governante mas a situação é essa. Essa é uma inovação. Ao invés de se deixar dinheiro parado para que o banqueiro se beneficie, o Estado estaria fazendo esta vez e eu não vejo nenhuma ilegalidade nesta questão, considerando que temos precedentes no Brasil.

Não sei se o TC do Paraná não está usando desse expediente. Eu já vi isso em algum lugar e seria uma boa oportunidade de a gente investigar essa questão. Não vejo ilegalidade e não vejo nenhum perigo nessas coisas. Não vejo nenhum demérito nos governos do PT nos Estados do Mato Grosso e Rio Grande do Sul estarem usando deste expediente em tempos de dinheiro curto que estamos vivendo no país.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao deputado Irineu Colombo.

**O SR. IRINEU COLOMBO**

Essa idéia é do PT. Se o governo Jaime Lerner está copiando, nem por isso justifica a afronta regimental que estamos questionando neste momento. É bom que todo mundo copie a idéia do PT, porque o governo federal copiou Bolsa-Escola, copiou um pouco do Programa de Segurança Alimentar, Saúde da Família. O orçamento participativo está na Lei de Responsabilidade Fiscal. O PT faz escola no Brasil e é bom.

O que estamos discutindo aqui é a questão regimental. Eu dei uma mão, na medida em que eu pedi para o presidente que colocasse a divulgação, porque eu poderia pedir, não tendo condições de votar, porque não está na pauta e ponto final.

Quero dizer que se é do PT, o PT não autoriza afronta regimental

Regimentalmente não está corretamente colocado na Ordem do Dia.

**O SR. DURVAL AMARAL**

Mas quanto ao mérito, a liderança do governo vai delegar ao deputado Irineu Colombo para fazer o encaminhamento.

**O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Para Encaminhar)**

Senhor presidente, com a edição da Lei de Responsabilidade Fiscal, proíbe qualquer antecipação, qualquer empréstimo, e isso é uma forma de empréstimo disfarçado daquelas ações enquanto o contribuinte for o vencedor da lide. Desta forma, eu entendo que este projeto agride a Lei 101 de Responsabilidade Fiscal, porque se não está líquido o direito, o Estado não pode lançar mão desses recursos. É uma Lei que pode ser questionada em qualquer momento, e com certeza o governo não terá como se sustentar diante de um Tribunal de Justiça, o que está solicitando, e espero que esta Casa não possa vir a aprovar. Claro que é proibido. Antes o governo pagava as folhas de pagamento com dinheiro da antecipação de Receita da Itambé, das empresas Petrobrás.

Também faz isso em relação ao BNDES, 120 milhões no 1º ano. Agora já não pode mais. E inclusive esse expediente que passa a ser uma antecipação de receita proibida na Lei 101 de Responsabilidade Fiscal.

Espero que a Casa tenha um pouco de prudência aprovando esse projeto de lei.

**O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS**

Senhor presidente, só para informar, eu falei que o Tribunal de Contas é que está usando desse expediente. Não é o de Contas, é o de Justiça nosso, aqui, que já está utilizando desse expediente.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Sobre o referido projeto Requerimento nº 4392 do deputado Nereu Moura, solicitando a retirada por 4 Sessões.

Está em discussão o requerimento. Encerrada a Discussão.

Deputados que aprovam, permaneçam como estão.  
**Aprovado.**

**O SR. DURVAL AMARAL**

Verificação de votação.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Será feita a verificação de votação.

Deputados que aprovam queriam levantar-se.

17 deputados aprovam o requerimento.

Deputados que rejeitam o requerimento queiram levantar-se.

28 deputado rejeitam. **Está rejeitado o requerimento.**

**O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)**

Senhor presidente eu gostaria de nominar os votos. Tenho a função de registrar os votos favoráveis do Valdir Rossoni, Cartário, Carlos Simões, Miltinho Pupio, Ademir Traiano, Durval Amaral, Antonio Belinati, Custódio da Silva, Litro, Fernando Ribas Carli, autor do Projeto, Tureck, Divanir Braz Palma, César Seleme, Alborghetti, Basílio Zanusso, Edno Guimarães, Elio Rusch, Sérgio Spada, Luiz Carlos Martins, Duílio Genari, Plauto Miró, Tiago de Amorin Novaes, Ricardo Maia, Chico Noroeste e Takayama.

Agora os que votaram contra a esse projeto que afronta a história do nosso Parlamento, porque tenho certeza que esse projeto vai dar muito o que falar e vai cair na Justiça. Os depurados: Colombo, Zucchinho, Waldyr Pugliesi, Luciana, José Maria Ferreira, Cezar Silvestri, Pastor Edson, Caio Quintana, Algaci Tulio, Antonio Anibelli, Ademir Bier, Renato Gaúcho, Serafina, Eli Ghellere, Ricardo Chab, Orlando Pessuti, Nereu Moura e Tony Garcia.

Senhor presidente, talvez seja um pouco de stress, mas sinceramente eu não esperava sair do Poder Legislativo uma autorização para que o Poder Executivo se apodere de Fundo de Determinação Judicial para fazer não sei o quê.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Designo o deputado Ademir Traiano para relatar o projeto.

**O SR. ADEMAR TRAIANO**

Senhor presidente e senhores deputados.

Passo a relatar o Projeto 706/2001 de autoria do deputado Fernando Ribas Carli. Analisando-o sob o ponto de vista de ordem legal, constitucional, não há nada que impeça a sua normal tramitação.

Por esta razão, somos de parecer favorável, senhor presidente.



O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Para Encaminhar**)

Quero encaminhar o Parecer.

Senhor relator, a Lei de Responsabilidade Fiscal, 101, esta que tem buscado trazer para a vida pública brasileira, especialmente na administração financeira, a recuperação da seriedade, da transparência e do equilíbrio das contas, estabelece no seu artigo 45, que não pode haver antecipação de receita. Aqui, é uma antecipação ou um empréstimo que está à disposição da Justiça e que no Estado está lançando mão.

É nós aprovarmos isso hoje: sendo publicado, a Justiça amanhã estará derrubando. Vamos oferecer uma situação extremamente vexatória para esta Casa, porque estaremos contrários a um texto legal. É uma lei que nem o Governo Federal abriu, em alguns casos nem em seu próprio benefício, para que ela fosse alterada. E a Assembléia Legislativa do Paraná está se entendendo capaz de fazer aqui a brecha da legislação de Responsabilidade Fiscal.

Lamento que estejamos nos comportando desta forma neste final de votação. É incabível a votação e apresentação de um projeto da forma que está sendo feita nesta Casa, senhor presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação o relatório do deputado Ademar Traiano. Os deputados que aprovam o relatório, permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. WALDYR PUGLIESI

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputados que aprovam o relatório do deputado Traiano, queriam levantar-se. 29 senhores deputados.

Os que rejeitam: 19 senhores deputados rejeitam.

**Está aprovado o relatório do deputado Traiano.**

Está em discussão o projeto.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Quero fazer uma colocação, para que possamos entender.

Uma questão desse projeto que eu gostaria de ver a participação de uma série de entidades inclusive sobre ele a OAB, e tal, se pronunciarem a respeito dessa matéria.

Por exemplo, se uma pessoa for multada, senhor presidente e senhores deputados, num débito que ele julgue não dever, ou se ele tiver uma cobrança de energia elétrica de uma estatal a mais do que ele deve qualquer pagamento, qualquer questionamento que tenha que se fazer, de um débito junto ao Estado, qual é a situação *sine qua non* para poder recorrer contra o Estado? Depositar a importância, recorrer, ganhar a questão para receber de volta. Isto é a condição *sine qua no*.

Olhem o que está se dizendo aqui: (**Lê**) “Os depósitos judiciais e extrajudiciais em dinheiro de valores

referentes a tributos estaduais e inclusive seus acessórios, serão efetuados no Banco do Brasil, mediante documento”. O que é natural. Os que estão em outro banco passam para o Banco do Brasil.

Daí o seguinte: (**Lê**) “Mediante ordem da autoridade judicial ou no caso de depósito extrajudicial de autoridade administrativa competente, o valor do depósito, após o encerramento da lide, do processo litigioso, será: a) devolvido ao depositante pela Secretaria da Fazenda, no prazo máximo de dez dias”. Quando a sentença lhe for favorável, quer dizer, nós estamos depositando dinheiro do cidadão para fazer uma defesa contra algo que seja, entendimento deste cidadão, arbitrário contra ele, uma multa que não lhe devida, um imposto que lhe foi lançado e ele não deve. A única forma, todos sabemos disto, de recorrer disto é você fazer o depósito, ganhar a questão em juízo, para depois poder ter o seu benefício. Ora, este depósito que você vai fazer, o Tesouro do Estado vai arrecadar! Se você ganhar a questão, não vai receber do Judiciário, no final da sentença; vai receber depois de dez dias, da Secretaria da Fazenda.

Se fosse o caso de questionar, pelo menos aqui eu diria que a responsabilidade da Secretaria da Fazenda ficaria com o Judiciário. Ela teria que devolver ao Judiciário, porque eu acho uma barbaridade que o cidadão vá ter que ficar, - em algo que ele depositou em juízo - à disposição da Secretaria da Fazenda, por um prazo de dez dias, para devolver-lhe.

Perdoem-me, mas o fato de o PT ter utilizado e não sei se foi isto que utilizou, no Estado do Rio Grande do Sul, no Estado do Mato Grosso, não credencia a nenhum de nós a continuar fazendo isto aqui, porque na verdade é um absurdo. Daqui a pouco os depósitos judiciais não serão mais depósitos judiciais. serão depósitos em conta da Secretaria da Fazenda. E o cidadão, possivelmente, mais tarde, vai ter que entrar com uma outra ação para poder receber da Secretaria da Fazenda aquilo que ele deveria ter recebido no final da ação em juízo.

Só isso.

SR. CEZAR SILVESTRI (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, apesar de não ser um especialista, mas é um verdadeiro absurdo.

O deputado Caíto Quintana falava com propriedade, deputado Rossoni, V. Exa imagine se sua empresa ou uma empresa de grande porte do Estado do Paraná for autuada pelo Governo do Estado e ela questione aquela autuação e deposite um grande valor em juízo, vinte milhões de reais! Da forma como está, se ganhar a ação, no momento que for para receber o dinheiro que estava depositado em juízo, que era de sua propriedade, não pode receber! Vai ter que esperar dez dias para falar com o secretário da Fazenda! Da forma como nós conhecemos o secretário da Fazenda do Estado do Paraná, não para na Secretaria. Ninguém o acha em lugar nenhum. A pessoa, a empresa que é dona do seu dinheiro vai ter que sair cor-

rendo atrás do secretário da Fazenda, implorando para receber o recurso.

É um verdadeiro absurdo o que estamos vendo aqui, absurdo que já foi votado com aumento da alíquota do ICMS na tarde de hoje!

Eu dizia, até lembrando da história da Inconfidência Mineira, em Minas houve uma revolta por parte da população, porque lá, nada contra Portugal, do meu amigo Geraldo Cartário - mas, Portugal queria cobrar da Colônia 20%, o quinto, e houve uma rebelião. Aqui, passa-se a tributar 33% sobre a energia elétrica, 35,8% foi aprovado aqui, para a energia elétrica, para telefonia, a gasolina, e fica assim, como está!

Agora, eu acho que tínhamos que fazer o seguinte: se tudo vale, vamos voltar na história: vamos fazer a derrama! Não sei se vocês lembram da derrama - eu acho que não tinha nem nascido, mas eu lia nos livros de história que era "ouro para o bem do Brasil". Um dava aliança, outro dava o relógio. Então, vamos autorizar o governador Jaime Lerner a enfiar a mão no bolso do contribuinte e pegar dez, vinte, o que ele puder!

Não tem mais cabimento, ele já entrou no dinheiro do contribuinte, agora quer entrar no dinheiro do povo de todas as formas!

Temos que fazer alguma coisa, e usar do artifício que o PT tem um projeto parecido, não credencia, se o PT erra, não nos autoriza a errar e não nos credencia para que possamos votar favoravelmente.

Eu quero aqui registrar o meu voto e do deputado Marcos Isfer, do PPS, contra mais essa barbaridade que nós estamos vendo aqui na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Na Assembléia, não, não quero cometer injustiça por parte do governo do Estado, essas barbaridades que estão sendo feitas e fazendo inclusive que os deputados da base da sustentação passem por um desgaste monstruoso em coisas injustificáveis perante a comunidade paranaense.

#### O SR. NEREU MOURA (Para Encaminhar)

Senhor presidente a volúpia desta governo é um negócio espantoso.

Acabamos, a maioria da Assembléia aprovou a alíquota do ICMS maior, agora os depósitos judiciais, pretende-se vender a COPEL, pretende-se vender a SANEPAR e por aí afora vai.

Tudo já foi dito aqui por todos os deputados que nos antecederam. Apenas para ficar registrada a irresponsabilidade deste governo, um negócio que eu jamais imaginei viver nesta Casa.

Senhor presidente, estamos nos encaminhando para o final deste período legislativo. Queria poder ir para casa, voltar para casa neste final de ano e poder dizer aos eleitores do Paraná que a Assembléia Legislativa do nosso Estado havia contribuído com a melhoria de vida do povo do nosso Estado.

Eu vou lá no interior, eu vou conversar com o povo e vou dizer que combati um bom combate, o meu partido combateu um bom combate mas infelizmente o resultado foi desastroso ao Estado do Paraná para todas as pessoas. O funcionalismo público está aí, senhor presidente, há 7 anos sem aumento e a justificativa para aumentar a alíquota do ICMS é que vai dar aumento para o funcionalismo público!

Eu duvido!

Essa história nós já assistimos, esse carnaval nós já pulamos, desde a época dos royalties de Itaipu, depois o Banestado, sempre a mesma ladainha, a mesma conversa; vamos vender para dar o aumento.

Agora aumenta-se a alíquota do ICMS com o mesmo discurso, vou lá pegar o dinheiro dos depósitos judiciais com o mesmo objetivo. Conversa fiada!

Então, nós iremos agora, hoje mesmo para o interior do Paraná, e lá olhando no olho do nosso povo, iremos contar o que se passou no nosso Estado do Paraná.

Iremos dizer à população que o saldo não dá que o saldo não dá para comemorar, que o saldo deixou a desejar, que o governo do Estado, governador Jaime Lerner ganancioso impiedoso conseguiu fazer que o seu desejo, a sua volúpia fosse perpetrada contra o nosso povo humilde e sedento por notícias boas, mas, deputado Waldyr Pugliesi, fica aqui no nosso coração, na nossa alma, um sentimento mais tranquilo de que combatemos o bom combate. Lutamos bravamente em favor do povo do nosso Estado. Ficamos com a consciência tranquila de que o mandato que recebemos foi usado como instrumento de luta pela justiça. Que o mandato que recebemos foi colocado à disposições do povo, dos humildes, daqueles que precisam de políticos, de deputados, de governos. Temos esse sentimento no nosso coração.

Em nome do PMDB, coloco aqui a posição mais veemente contra este projeto. E já anunciamos que iremos entrar na Justiça para derrubá-lo. Iremos buscar no Poder Judiciário o remédio para curar este mal insanável que é a pretensão de um governo desmoralizado, de usar o dinheiro público para tapar os vícios da sua incompetência e desajustes administrativos.

Muito obrigado!

#### O SR. MARCOS ISFER (Para Encaminhar)

Senhor presidente, sobre o argumento de que o PT teria feito, parece que estamos revendo aqui a mesma tanguada que o Governo Collor deu no povo brasileiro quando lhe tomou a poupança. Sobre o argumento de que o PT tungou o povo do RS e do Mato Grosso, o governo pretende tungan o povo do Paraná.

Só fico imaginando: você entra com uma ação contra o Estado. Enquanto se decide você pede que faça o depósito, que é a garantia que se o senhor perder, o dinheiro será repassado ao estado; faz o depósito. Seu litigante, que é o mesmo Estado, passa a mão no seu dinheiro e vai utilizá-lo. O Estado vai tentar estender essa briga jurídica pelo maior tempo possível. Se você ganhar,

vai lá buscar o dinheiro. Não, agora você vai ter que requerer na secretaria da Fazenda o seu dinheiro de volta! Conhecendo a burocracia, terá que começar um novo processo para receber o seu dinheiro de novo.

Por favor, fica muito difícil. Estamos partindo para um caminho que fica muito difícil. É a mesma relação com a Copel. Vamos vender a Copel, porque resolve todos os problemas. Era o que dizia o chefe da Casa Civil Dr. Alcení Guerra. O Estado está quebrado. Ontem ouvi uns aqui dizendo que o Estado já não está mais quebrado não precisa mais vender... É que fizeram o processo errado, fizeram de forma errada, à revelia da população. Da mesma forma o discurso de geração de empregos. Vamos gerar empregos, vamos industrializar o Estado do Paraná. Daí vem o aumento do ICMS para gerar o desemprego, para diminuir a industrialização, para prejudicar o produtor paranaense. Não satisfeitos com tudo isso, vem a tungada do dinheiro do povo que, infelizmente, já discute com o Estado se está ou não, no seu direito.

Quer dizer, confesso aos senhores, não me interessa a origem do processo, de onde ele vem, de qualquer forma é absurdo.

#### O SR. NEIVO BERALDIN (Para Encaminhar)

Senhor presidente, gostaria que V. Exa. declinasse para o nosso Plenário quem são os signatários desse projeto. Além do deputado Ribas Carli, há uma série de assinaturas, que solicito à Mesa para que encaminhe ao conhecimento público tais assinaturas, visto que uma ou quase nenhuma eu consigo reconhecer.

Portanto, é essa a solicitação que faço à Mesa.

Agora, senhor presidente, solicitei a V. Exa. que tirasse o projeto da Ordem do Dia e já determinei à minha assessoria, para que acione os nossos assessores jurídicos, para que em tempo possa ingressar na Justiça.

Comparo esse, como disse um visitante, o Plano B do Governo Lerner. Plano A era vender a Copel, plano B é este.

Também me disse o visitante: “esse é igual o plano Collor ou parecido. “Sinceramente, com palavras não posso expressar a minha indignação, porque nesse momento, nós que militamos na política há 20 anos com mandato, jamais assistimos em nosso Estado.

Deputado Traiano, não é “tapinha que dói”, é vergonha na cara que dói, é decência!

Em 20 anos de mandato, nunca presenciei, nem no governo de Curitiba, que fui vereador, nem no Governo do Estado.

Acho que o povo do Paraná tem que reagir!

Efetivamente, estamos diante de um quadro preocupante, que não se demonstra o cumprimento à Constituição, o cumprimento ao Regimento Interno, o parâmetro ético da administração pública. Efetivamente, estamos diante de uma situação que é preciso, mais uma vez, evidenciar para o povo do nosso Estado.

O assunto é sério e é grave, não é um assunto de brincadeira e não é um assunto que merece apenas sorriso

dos deputados governistas. É dramática a situação, quando se vê um governo que procura apoderar-se de dinheiro que é um empréstimo forçado, como diz o deputado Caíto Quintana, que a Lei 101 não permite que o governo o faça.

Sinceramente, poderemos ter uma indústria de autos e a empresa vai ter que recorrer, como disse o deputado Cezar Silvestri. E nesse meio tempo, depositado o dinheiro da inflação, o dinheiro vai parar no caixa do Tesouro do Estado. E daí, como é que o cidadão vai reaver esse dinheiro? Vai ter que entrar com uma nova ação contra o Estado!

Estamos estarelecidos, e rogo mais uma vez a Deus, para que o nosso presidente Hermas Brandão retire de pauta esse projeto, porque esta Casa não pode passar por tamanho constrangimento. Não só pela nossa posição, que iremos votar contra, é mais constrangimento para os deputados da Base Aliada, porque é um assunto de extrema gravidade.

Por isso, solicito mais uma vez, com todas as nossas energias possíveis, que se reveja essa situação.

Nós não temos o direito de nos apoderarmos, enquanto o dinheiro que está vinculado na Justiça, por determinação, está à disposição do juiz que deu a sentença, ou do Tribunal que deu a sentença.

A sentença foi dada para que se deposite X recurso para determinada ação. Esse dinheiro está à disposição da Justiça, não poderá, jamais, estar à disposição do Estado!

É o absurdo dos absurdos!

Muito obrigado!

#### O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Para encaminhar, deputado Cezar Silvestri.

#### O SR. CEZAR SILVESTRI

Senhor presidente, já encaminhei, então só gostaria de fazer um alerta.

Se esse projeto for aprovado da forma como está, é muito provável que nós estejamos instituindo a indústria da perseguição no Estado do Paraná.

Nada custa para o secretário da Fazenda, mandar fiscais nas empresas, para autuá-la, sem fundamento nenhum, a empresa tem que depositar em juízo, o Governo do Estado vai utilizar esse recurso, e depois o dono da empresa, que não deve nada, vai ter que sair correndo, gastando com advogado, para depois tentar recuperar o dinheiro dele lá na Secretaria da Fazenda, 10 dias, vinte dias!

Está sujeito chover autuações indevidas no Estado do Paraná! E lei, não é só para um governo! Inclusive para os futuros governos, está sujeito acontecer isso!

Acho que é um verdadeiro absurdo nós votarmos a lei da forma como ela está, sem garantia nenhuma, inclusive nem o mínimo de depósito ficando nas contas judiciais para garantir os que estão lá.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (**Para Encaminhar**)

Olha, deputado Traiano, nós sabemos tanto quanto V. Exa., que “quem tem voto, vota”.

A única coisa, senhor presidente, que acho que poderia ficar clara, é o seguinte: aprovada esta medida, não existe mais depósito judicial, porque depósito judicial, pressupõe que há um litígio entre as partes. A empresa diz que não deve, ou quem quer que seja, entra em juízo, a instância judiciária, que não é a favor nem de um lado nem de outro, que vai julgar, segura o recurso para, posteriormente, depois de chegar à conclusão do processo, dizer se o sujeito deve, já está depositado em juízo.

É uma garantia.

Então, o que gostaria de deixar claro, é: claro que vão votar, claro que vão aprovar, mas que vão votar, claro que vão aprovar, mas que não existe mais no Paraná, não sei se tem nos outros Estados isso, não nos cabe discutir aqui, mas não terá mais depósito judicial. Terá depósito governamental. Será um depósito do Governo.

O Governo diz: “Você me deve”. “Não, não devo”.

“Mas em todo caso, se você não me deve, me dá aqui o dinheiro, porque vamos discutir.”

Então, não há mais a figura do depósito judicial.

Acho que isso que tem que realmente, discutir.

E não há muito argumento, porque nós sabemos que há uma determinação. Temos que respeitar a decisão da maioria, mas também temos que registrar aqui, para que depois, obviamente, possa isso ser válido, quando for estabelecida uma discussão dessa no Paraná. Não será mais depósito judicial:

Depósito governamental.

O SR. ADEMIR BIER (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente.

O questionamento que nós fizemos, é questão de um projeto dessa importância, polêmico, contra o povo do Paraná, possa ser protocolado ontem, e hoje já estarmos votando aqui em final dessa legislatura, todo mundo cansado.

Um projeto de tamanha importância!

Não é possível que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, possa se curvar diante de um processo como esse aqui.

A Assembléia é, na verdade, quem fiscaliza, e nós não podemos, neste final de ano, neste final de legislatura estarmos a favor de um projeto de lei desses. E nem se refere a Governo: é de Governo ou é de Oposição. Como cidadão deste Paraná e com a responsabilidade que temos de dar o nosso voto aqui, nós não podemos ser favoráveis a um projeto de lei como esse.

Era isso.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, quero também registrar aqui a minha posição contrária a estes projetos de lei, porque entendo que no afogadilho, sem uma discussão

mais aprofundada e sem, evidentemente consultas que seriam necessárias se fazer, se aprova um verdadeiro “Raspa Tacho”. Este é um verdadeiro “Raspa Tacho” que vai, evidentemente, proporcionar ao Governo, ainda no final deste ano, ter uma melhor arrecadação.

O risco apontado pelo deputado Cezar Silvestri é realmente dos mais graves. Por isso acho que a Assembléia não pode passar um recibo neste projeto.

Por quê? Amanhã ou depois o Judiciário faz uma ação, derruba, e a Assembléia vai fazer um papelão.

Por essa razão, quero colocar o meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está em votação o projeto. Os deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Será procedida a verificação de votação.

Os senhores deputados que aprovam o projeto, queiram levantar-se.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

Vinte e seis senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Vinte e seis senhores deputados aprovam. Os deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

Vinte e um deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Vinte e um deputados rejeitam.

Está **Aprovado** o projeto.

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor presidente, eu desejo nominar os votos, para que se torne efeito aquilo que a Mesa não tornou público ainda, e quem é o signatário desse projeto.

Votaram a favor desse projeto que pretende seqüestrar o dinheiro de depósito judicial os seguintes deputados: Durval Amaral....

O SR. ADEMAR TRAIANO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente!

Que V. Exa. determine expressamente ao deputado Neivo que nomine os votos de quem votou contrariamente!

O SR. NEIVO BERARDIN

Sim, vou nominar os contrários e os a favor.

O SR. ADEMAR TRAIANO

V. Exa. não tem procuração para nominar e temos as notas taquigráficas que poderão, no futuro, constatar se votou ou não.

O SR. NEIVO BERARDIN

V. Exa. não quer assumir o seu voto?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Deputado Neivo, V. Exa. poderá nominar os deputados que votaram contra o projeto.

O SR. NEIVO BERARDIN

Eu tenho o direito, regimental de nominar os...

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Não, não é regimental.

O SR. ADEMAR TRAIANO

É competência do 1º secretário, senhor presidente!

O SR. NEIVO BERARDIN

Eu tenho o direito!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

V. Exa. poderá...

O SR. NEIVO BERARDIN

Se eu posso nominar quem vota contra, por que não posso nominar quem vota a favor?

O SR. ADEMAR TRAIANO

Não é regimental, senhor presidente.

É competência do 1º secretário constatar quem votou contra e quem votou a favor. Não cabe ao deputado Neivo Berardin levantar essa Questão de Ordem e querer nominar os deputados que se manifestaram favoravelmente.

O SR. NEIVO BERARDIN

Para justificar o meu voto, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Para justificar seu voto.

Para justificar o voto, também isso é por escrito.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Pela ordem, deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Até para contribuir com a justificação de voto do deputado Neivo Berardin, V. Exa. diz que ele só pode declinar os nomes daqueles que votaram contra o projeto, o que não pode é declarar o nome daqueles que votaram a

favor. Onde é que tem amparo regimental para que a pessoa possa falar apenas os que votaram contra e não possa falar os que votam a favor?

Na minha justificativa de voto, eu posso, eu estou discorrendo e vou dizendo: olha o deputado Cartário votou a favor, o deputado Miltinho votou a favor. Pode, não tem proibição regimental para isso.

O SR. IRINEU COLOMBO

Vamos instalar o painel eletrônico e daí resolve essa problema., presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Como também não é regimental, deputado Orlando Pessuti, nem para citar o nome dos deputados que votaram a favor ou contra.

Para justificar o voto, regimentalmente tem que ser feito por escrito.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu queria sugerir ao deputado Neivo Berardin, tão zeloso sempre, para que V. Exa. não passe esse dissabor. Na próxima votação, peça para que seja nominal. Fica mais elegante. Aí apresenta um requerimento e nós fazemos a votação nominal. Até ganharíamos um pouco mais de tempo.

E acho até, senhor presidente, que o grande problema é que as pessoas não entendem que no Parlamento quem tem a maioria é a maioria sempre!

Então, acho que poderia pedir que o voto fosse nominal, eu também voto a favor, e votamos aqui do jeito que o deputado está querendo.

O SR. NEIVO BERARDIN

Então, senhor presidente, para justificar o meu voto, eu não vou, naturalmente, perto do período natalino, ter esse dissabor de ter que ter essa atitude que evidentemente os deputados que votaram a favor estão constrangidos.

Estão constrangidos, tanto é que não querem revelar, não querem que sejam revelados os seus nomes.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Não estou, estou defendendo a matéria.

O SR. NEIVO BERARDIN

Mas, tenho o dever, para não ficar mais uma vez redundante, de destacar aqueles que não só votaram, mas que tiveram uma indignação instantânea. Foi aqui, talvez, o projeto de lei que tenha causado a maior tristeza dos deputados da Oposição, do Estado do Paraná. Foi unânime. Nem se concluiu a leitura do projeto, foi unânime a manifestação dos deputados Waldyr Pugliesi, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Edson Strapasson, Nereu Moura, Ademir Bier, Irineu Colombo, Cezar Silvestri, José Maria Ferreira, Eli Ghellere, Algaci Tulio, Renato

Gaúcho, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho, Marcos Isfer, Ricardo Chab, Tony Garcia e Caíto Quintana.

Então, senhores deputados, gostaria de dizer à população que está presente, assistindo, que tenho fé na Justiça. e não acredito que a ela vai permitir que o Estado se apodere de dinheiro, de depósito, por determinação judicial. Se isso acontecer, o juiz perderá completamente o controle da ação. Se for para o Diário Oficial esse projeto, essa lei, e o Estado se apoderar desse dinheiro, os que vencerem uma ação que tenha tramitado em julgado, portanto, conclusa, como é que o juiz vai determinar que ele receba o dinheiro que foi depositado por determinação judicial? Terá o cidadão que ingressar com uma nova ação contra a Secretaria da Fazenda?

Então, deputado Orlando Pessuti e deputada Luciana Rafagnin, imaginem o Estado se apoderando desse depósito que está depositado por determinação judicial! Imaginem!

#### O SR. ADEMAR TRAIANO (Pela Ordem)

Senhor presidente, o deputado Neivo Beraldin está se estendendo na tribuna e está fazendo a defesa do projeto, ou contestando o projeto! Não é a justificativa de voto!

Peço a V.Exa. que determine ao deputado Neivo que encerre.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Solicito ao nobre deputado Neivo Beraldin, que tenho a honra de prezar a sua amizade, que se reporte só à declaração de voto.

#### O SR. NEIVO BERALDIN

Solicito também, com a mesma gentileza que V. Exa. me solicita, que proceda o tempo regimental, que é de quinze minutos, para que eu possa justificar o meu voto.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Artigo 161: "É lícito ao deputado, depois da votação, enviar à Mesa para publicação, declaração escrita de voto, redigida em termos regimentais, sem lhe ser permitido, todavia, lê-la ou fazer a seu respeito qualquer comentário da tribuna."

Então, estamos abrindo uma exceção a V. Exa. e V. Exa. está até abusando da minha amizade.

#### O SR. NEIVO BERALDIN

V. Exa. tem sido um democrata.

Se há um tributo que devemos reconhecer, é que o nosso presidente é um democrata, mesmo no processo que foi um grande desgaste - da Copel - ele até permitia que falássemos um pouco a mais do Regimento, para não cortar a palavra dos senhores deputados e V. Exa., senhor presidente, deve, como presidente e como chefe de uma família, compreender a indignação que nos toma conta neste momento.

Então, senhor presidente, esta indignação é natural, normal, porque evidentemente estamos assistindo no Paraná e notem bem, o Brasil, este dia, esta ação será notícia nacional e mundial. É o Plano Collor 2, é o Projeto B, do governo Lerner.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Atendendo o requerimento aprovado já por este Plenário:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 627/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão. Extinção, transformação e criação de cargos que especifica, no Tribunal de Contas do Estado, e adota outras providências. **Aprovado, com voto contrário do PT. (Publ. no DA nº 197/2001, de 12.12.2001 - 1ª Disc.)**

Sobre a mesa, Requerimento nº 4390, de autoria do senhor deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para logo após, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 661/2001.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 558/2001.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 627 e 706/2001 e do Projeto de Resolução nº 039/2001.

Levanta-se a Sessão.